

Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR


Atena
Editora
Ano 2021

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom
(Organizadoras)

UM DESENHO NA PAREDE,
Pena e tinta no papel, A caneta e uma rede,
POEMA, VERSO E
CORDEL, A palavra então concede,
Em estudo, o bacharel,

3

A ESCRITA ESTÁ MODERNA,
Feita no computador, Antes era na caverna,
NO PAPEL, Hoje anda mais que as pernas,
NUM PRENSADOR, Outras redes,
viajador,

Pelo mundo virtual,
A palavra atravessa, Seja educacional,
Seja texto pra uma peça,
ELA É INTERNACIONAL,
SEMPRE ACABA E RECOMEÇA.



Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

Atena
Editora
Ano 2021

*Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom
(Organizadoras)*

UM DESENHO NA PAREDE,
Pena e tinta no papel, A caneta e uma rede,
POEMA, VERSO E
CORDEL, A palavra então concede,
Em estudo, o bacharel,

3

A ESCRITA ESTÁ MODERNA,
Feita no computador, Antes era na caverna,
NO PAPEL, Hoje anda mais que as pernas,
NUM PRENSADOR, Outras redes,
viajador,

Pelo mundo virtual,
A palavra atravessa, Seja educacional,
Seja texto pra uma peça,
ELA É INTERNACIONAL,
SEMPRE ACABA E RECOMEÇA.



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Educação: diálogos convergentes e articulação interdisciplinar 3

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadoras: Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: diálogos convergentes e articulação interdisciplinar 3 / Organizadoras Adriana Regina Vettorazzi Schmitt, Jacinta Lúcia Rizzi Marcom. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-503-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.034212209>

1. Educação. I. Schmitt, Adriana Regina Vettorazzi (Organizadora). II. Marcom, Jacinta Lúcia Rizzi (Organizadora). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Ao pensar a sociedade da informação, num mundo em que o desenvolvimento das tecnologias ocorre numa velocidade espantosa, verificamos que não temos mais como protelar a percepção de que estamos imersos na era digital. Sabemos que a educação está intrinsecamente ligada a este processo, e para pensá-la, necessitamos refletir sobre as características centrais que embasam as relações entre tecnologia, escola e sociedade.

Pensar essas novas relações na contemporaneidade interpõe um grande desafio às instituições escolares. Parte-se da necessidade de mediar diálogos entre imigrantes e nativos digitais, propondo práticas pedagógicas que envolvam novas linguagens e todos os tipos de tecnologias.

Vivemos com uma geração hiperconectada. Assim, é urgente compreender que o sujeito “[...] não é uma inscrição localizável, mas um ponto de conexão na rede [...]” (SIBILIA, 2012, p. 177), e que a geração que está na escola é o retrato dos tempos que mudam (BAUMANN; LEONCINE, 2018).

Esta obra objetiva levar o leitor a navegar pelas águas do conhecimento. Cada capítulo deste e-book destaca importantes contribuições para as discussões que envolvem o momento vivido pelas escolas, seus profissionais e estudantes durante a pandemia em 2020/2021. No decorrer das linhas o leitor encontrará pesquisas científicas, discussões, narrativas, projetos e propostas que abordam o uso das tecnologias, o ensino remoto, a educação a distância, as metodologias ativas, o uso de aplicativos, dentre outros.

Com o intuito de promover a circulação desses saberes produzidos pelos vários pesquisadores, parte-se do desafio de pensar a intencionalidade da arquitetura atual da escola, e sua influência na relação que os usuários estabelecem com tais espaços. Visto que, ao viver uma inesperada pandemia, foi preciso apreender novos caminhos para reconfigurar a prática pedagógica. Os autores, com seus textos, deixam em cada página, reflexões possíveis e construções necessárias instigando tensionar dificuldades e apontar as potencialidades encontradas nos mais variados espaços em que foram vivenciadas as aulas remotas. Bem como, a influência das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem nas atividades não presenciais.

Diante dessas considerações, convidamos cada um e cada uma, a seu modo, a mergulhar nestes textos para descobrir a beleza da construção coletiva de importantes saberes, reflexos da experiência única de cada sujeito autor.

Mais do que nunca, é fundamental repensar a educação no coletivo. Romper com a lógica da linearidade e da transmissão do conhecimento abre as portas para que as novas formas de ensinar e aprender sejam reconfiguradas e ressignificadas pelo uso das tecnologias. Mais do que isso, a relação educação e tecnologia precisa incorporar significados, sentimentos e emoções.

Boas e inspiradoras leituras!

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

BAUMAN, Z.; LEONCINI, T. **Nascidos em tempos líquidos: Transformações no terceiro milênio.** Tradução de Joana Angélica D'Avila Melo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão.** Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 177.

SUMÁRIO


III. NOVAS TECNOLOGIAS E A EDUCAÇÃO DIÁLOGOS CONVERGENTES E ARTICULAÇÃO INTERDISCIPLINAR

CAPÍTULO 1..... 1

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0342122091>


CAPÍTULO 2..... 13

ESTUDOS DA ARQUITETURA ESCOLAR: ESPAÇOS EDUCATIVOS E SUA INTENCIONALIDADE

Délia de Oliveira Ladeia

Marcia Lacerda Santos Santana

Cândida Maria Santos Daltro Alves


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0342122092>

CAPÍTULO 3..... 25

PROFESSOR EMPREENDEDOR: CONSTRUÇÕES POSSÍVEIS E REFLEXÕES NECESSÁRIAS NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-FILOSÓFICA

Belmiro José da Cunda Nascimento

Lucia Maria Martins Giraffa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0342122093>


CAPÍTULO 4..... 38

ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS PARA A REALIZAÇÃO DE AULAS REMOTAS NO CURSO DE MEDICINA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Evan Pereira Barreto

Mellina da Silva Gonçalves

Edmar Reis Thiengo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0342122094>


CAPÍTULO 5..... 46

ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: DESAFIOS DA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE CIÊNCIAS NO CONTEXTO PANDÊMICO

Gabriel do Nascimento Soares

Carla Andreia Lorscheider

Camila Juraszeck Machado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0342122095>


CAPÍTULO 6..... 57

ENSINO MÉDIO BRASILEIRO: AVANÇO OU RETROCESSO?

Natália Navarro Garcia

Marta Silene Ferreira Barros


Camila Crude dos Santos
Maíra Dellazeri Cortez
Sueli Rosa Nakamura
Viviane Aparecida Bernardes de Arruda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0342122096>

CAPÍTULO 7..... 69

PROJETO CONECTADOS 2.0 – UMA ABORDAGEM DE INSERÇÃO TECNOLÓGICA


Angela de Fátima Taline de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0342122097>

CAPÍTULO 8..... 79

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA


Kevyn Danuway Oliveira Alves
Ana Carolyn Diógenes Bezerra
Francisca Débora Cavalcante Evangelista
João Victor Fernandes de Medeiros
Amauri Marcos Costa de Moraes Júnior
José Eric da Silva Queiroz
Jessica Costa de Oliveira
Marlison Diego Melo da Silva
Ismael Vinicius de Oliveira
Ana Carla Diógenes Suassuna Bezerra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0342122098>

CAPÍTULO 9..... 84

CONCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: NARRATIVAS DISCENTES SOBRE ENSINO E APRENDIZAGEM


Gueidson Pessoa de Lima
Patrícia Carla de Macêdo Chagas
Maria Helena Bezerra da Cunha Diógenes
Úrsula Andréa de Araújo Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0342122099>

CAPÍTULO 10..... 92

AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM: MÉTODOS E AVALIAÇÕES

Simone Oliveira Carvalhais Moris
Gleidson Paulo Rodrigues Alves
Vânia Costa Ferreira Vanuchi
Paulo Malicka Musiau

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03421220910>


CAPÍTULO 11 101

METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A SALA DE AULA INVERTIDA E O ENSINO HÍBRIDO

Anita Lima Pimenta

Elke Dias de Sousa

Sara Provin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03421220911>

CAPÍTULO 12..... 115

PROTAGONISMO JUVENIL, PROFESSORES PROTAGONISTAS: UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES POR MEIO DE METODOLOGIAS ATIVAS

Priscila Fabiana Rodrigues Terencio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03421220912>


CAPÍTULO 13..... 119

METODOLOGIAS ATIVAS POR MEIO DE PROJETOS INTERDISCIPLINARES NO ENSINO DA MATEMÁTICA

Bruno Santos Nascimento

Ricardo Leardini Lobo

Renan Aleixo Paganatto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03421220913>

CAPÍTULO 14..... 129

ABORDAGEM BASEADA EM PROBLEMAS EM UMA AÇÃO DE POPULARIZAÇÃO DO PENSAMENTO COMPUTACIONAL NA EPT

Vânia Silveiras Marquiori

Márcia Gonçalves de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03421220914>

CAPÍTULO 15..... 136

UM ESTUDO LONGITUDINAL SOBRE O USO DE TECNOLOGIA EM UMA ATIVIDADE MATEMÁTICA

Paula Albuquerque

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03421220915>

CAPÍTULO 16..... 147

JOGO DIGITAL, HIPERTEXTO E LETRAMENTO

Guaracy Carlos da Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03421220916>

CAPÍTULO 17..... 160

SELEÇÃO DE APLICATIVOS PARA O USO E INTEGRAÇÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM






Osni Santos Paz

Gilvan Martins Durães

Maria Nazaré Guimarães Marchi

Odailson Santos Paz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03421220917>

CAPÍTULO 18.....	170
PROPOSTA DE UM <i>ROLE-PLAYING</i> AUDIOGAME ACUSMÁTICO PARA EDUCAÇÃO MUSICAL	
Leonardo José Porto Passos	
José Eduardo Fornari Novo Júnior	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03421220918	
CAPÍTULO 19.....	179
JOGOS COOPERATIVOS E JOGOS COLABORATIVOS DE TABULEIRO: DA DIVERSÃO À EDUCAÇÃO	
Fernanda Rocha Sydney Silva	
Daphnee Laramé	
Claudio Luiz Mangini	
Samuel Ronobo Soares	
Larissa Trierweiler Pereira	
Márium Trierweiler Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03421220919	
CAPÍTULO 20.....	192
APRENDIZAGEM CIBORGUE E YOUTUBE: JUVENTUDE, TECNOLOGIAS DIGITAIS E CONTEÚDOS CURRICULARES EM CONEXÃO	
Marco Polo Oliveira da Silva	
Shirlei Rezende Sales	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03421220920	
CAPÍTULO 21.....	209
A FORMAÇÃO DO LEITOR PARA A COMPREENSÃO ESCRITA EM ESPANHOL COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA A DISTÂNCIA	
Valéria Jane Siqueira Loureiro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03421220921	
CAPÍTULO 22.....	221
PARCERIA COM ESCOLAS PÚBLICAS LOCAIS UMA ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA APROXIMAR OS OBJETOS DA PEDAGOGIA DOS ESTUDANTES NO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA A DISTÂNCIA DA UFPEL/RS	
Analisa Zorzi	
Francisco dos Santos Kieling	
Lilian Lorenzato Rodriguez	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.03421220922	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	230
ÍNDICE REMISSIVO.....	231

CAPÍTULO 6

ENSINO MÉDIO BRASILEIRO: AVANÇO OU RETROCÊSSO?

Data de aceite: 02/09/2021

Data de submissão: 03/06/2021

Natália Navarro Garcia

Universidade Estadual de Londrina – UEL
Londrina – PR
<http://lattes.cnpq.br/3501240129903119>

Marta Silene Ferreira Barros

Universidade Estadual de Londrina – UEL
Londrina – PR
<http://lattes.cnpq.br/3400612251090722>

Camila Crude dos Santos

Universidade Estadual de Londrina – UEL
Londrina – PR
<http://lattes.cnpq.br/4649405936065207>

Maira Dellazeri Cortez

Universidade Estadual de Londrina – UEL
Londrina – PR
<http://lattes.cnpq.br/2200501990644813>

Sueli Rosa Nakamura

Universidade Estadual de Londrina – UEL
Londrina – PR
<http://lattes.cnpq.br/8921401181281712>

Viviane Aparecida Bernardes de Arruda

Universidade Estadual de Londrina – UEL
Londrina – PR
<http://lattes.cnpq.br/8983731694631705>

RESUMO: Considerando as novas propostas de ensino voltadas ao Ensino Médio brasileiro, objetiva-se com este trabalho analisar e discutir

a proposta contida na BNCC recentemente aprovada. Para tanto, procede-se à pesquisa bibliográfica em autores como Saviani (2007), Kuenzer (2005) e Gentili (2005), entre outros que trazem em seus escritos informações e análises consistentes acerca da relação existente entre conceitos como educação, trabalho e formação em nível médio, e à entrevista semiestruturada com um sujeito de 47 anos, que concluiu o Ensino Médio Técnico com formação em Técnico em Contabilidade no ano de 1989. Deste modo, observa-se que a formação a nível médio vem se modificando com vista ao atendimento das demandas mercadológicas que permeiam a sociedade em seus diferentes tempos, considerando isso pode-se concluir que há um impasse entre qual educação de fato será ofertada aos jovens: a educação que objetiva a formação integral dos jovens com vista à emancipação intelectual ou a educação fragmentada e superficial com intuito de atender ao novo modelo do capital?

PALAVRAS - CHAVE: Educação. Ensino Médio. Educação e Trabalho.

BRAZILIAN HIGH SCHOOL: FORWARD OR BACKWARDS?

ABSTRACT: Considering the new teaching proposals aimed at Brazilian High School, the objective of this work is to analyze and discuss the proposal contained in the recently approved BNCC. For that, the bibliographical research is carried out in authors such as Saviani (2007), Kuenzer (2005) and Gentili (2005), among others who bring in their writings consistent information and analysis about the relationship between

concepts such as education, work and training. at high school level, and to the semi-structured interview with a 47-year-old individual, who completed Technical High School with a degree in Accounting Technician in 1989. Thus, it is observed that high school education has been changing with a view to meet the market demands that permeate society in its different times, considering this, it can be concluded that there is an impasse between which education will actually be offered to young people: education that aims at the integral formation of young people with a view to intellectual emancipation or fragmented and superficial education in order to meet the new model of capital?

KEYWORDS: Education. High school. Education and work.

1 | INTRODUÇÃO

Para se pensar a formação é importante destacar, em primeiro lugar, que nas comunidades primitivas pode-se compreender que a relação entre educação e trabalho era intrínseca, sendo que as duas dimensões revelam-se profundamente identificadas e interligadas. Sobre isso Saviani (2007) escreve que a existência humana era produzida a partir da aprendizagem originada do próprio ato de produzir, ou seja, aprendiam a trabalhar trabalhando. A partir do momento que, tanto a organização do trabalho como as relações de produção foram adquirindo novas formas características do capitalismo, como o fordismo, taylorismo e reestruturação produtiva, tornou-se necessário uma renovação dos modos de vida, comportamentos, atitudes e valores. Não obstante, as transformações ocorridas provocaram diretamente mudanças na relação entre educação e trabalho.

Compreendendo trabalho e educação como atividades exclusivamente humanas, dentro da visão de Saviani (2007), há de se afirmar que somente ao homem, trabalhar e educar é possível. Lembrando que educar é um ato que acontece em diferentes espaços sociais, e não apenas a escola possui um caráter pedagógico. Desde os povos primitivos o homem descobriu formas de se aprender pelo fazer.

Apesar de reconhecer que a aprendizagem decorre do fazer, Saviani (2007) faz uma crítica quando redireciona o olhar para a educação formal, principalmente aquela moldada pelo construtivismo, uma vez que para o autor tal metodologia valoriza em demasia o aprender fazendo em detrimento do conhecimento adquirido, a partir de uma visão totalitária que coloca em risco o processo educativo. Na perspectiva do autor o professor ocupa um lugar inferior dentro do processo de ensino, pois, prioriza-se e, ao mesmo tempo, há uma supervalorização da autonomia do próprio educando na busca pelo conhecimento.

Neste mesmo sentido, Kuenzer (2005, p. 79) analisa que a partir do desenvolvimento da produção industrial e, também quando surge a propriedade privada, ocorre a divisão do trabalho e, como consequência, aprofunda-se a característica principal do capitalismo: uma sociedade dividida em classes. Ora, o novo modelo de produção capitalista que é marcado pela divisão de classes, revela um contexto de desigualdades entre aqueles que detêm os meios de produção e os assalariados. Faz-se necessário um novo tipo de homem, ajustado

aos novos métodos de produção. Do mesmo modo requer-se a criação e/ ou proposta de novas competências, novas formas de viver e pensar. Um sujeito que esteja submetido a um trabalho caracterizado pela “ausência de mobilização de energias intelectuais e criativas no desempenho das tarefas”.

Surge um homem fragmentado dentro da nova sociedade, na qual a produção e consumo são destinados a diferentes indivíduos, pois nela, produzir não garante o direito ao consumo. Também, o novo modo na relação de trabalho trouxe em seu bojo a alienação e maior produtividade voltada para o atendimento daquilo que o mercado exigia. Seria por meio das relações sociais e produtivas e também da escola que o trabalhador seria condicionado a essa divisão. Estrategicamente, destina-se de maneira desigual o conhecimento científico e o saber prático, aumentando, deste modo, a alienação dos trabalhadores.

Para a formação do indivíduo, dentro da lógica capitalista, há um imperativo de que ele saia da escola para o mercado, de forma que se submeta ao capital, atendendo o que é exigido e demandado pelo processo produtivo; cabendo à escola um papel de grande contribuição para uma fragmentação de todo o processo de formação, por meio da organização curricular, de conteúdo, metodologias, formas de organização pedagógica e gestão.

Gentili (2005) também compreende a existência de grupos dominantes nas esferas econômica e política, que atuam (sobre) e utilizam os sistemas educacionais como uma chave poderosa para a integração. Haveria, pois, uma promessa de escola que se configuraria uma entidade integradora. É a partir da escola que caberia ao Estado integrar o indivíduo ao mercado de trabalho e, assim, garantir riqueza social em maior escala e renda individual. Porém, a lógica dessa integração sofre um redirecionamento quando deixa de agir em função do coletivo para uma lógica privada, que responsabiliza individualmente os sujeitos por suas escolhas, entre elas a que se refere à educação, isso o autor denomina “desintegração da promessa integradora”.

A partir dessa ruptura de promessa, quando se pensa na formação do indivíduo, é transferido a ele a responsabilidade pelo investimento em sua educação, exigindo que ele busque meios de se capacitar, com o intuito de encontrar o seu lugar no mercado de trabalho. Para o autor, trata-se de uma lógica de caráter privado (unicamente), que é conduzida enfaticamente na direção das capacidades e competências individuais que a pessoa extrairá do mercado educacional. A partir disso, tem melhores chances dentro do mercado de trabalho, sendo que com isso a educação deixa de ser um investimento em capital humano social, para se tornar um investimento em capital humano individual.

Diante do exposto, nosso objetivo principal pautou-se em estabelecer uma análise dos avanços e retrocessos do Ensino Médio, bem como da influência da sociedade capitalista para o ensino profissionalizante nesse nível de ensino.

A pesquisa será realizada por meio de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico,

numa perspectiva crítico-dialética, uma vez que busca fazer uma análise do fenômeno na sua totalidade e não apenas a partir dele mesmo. Utilizou-se da técnica da entrevista semiestruturada com um sujeito de 47 anos que finalizou o curso técnico em contabilidade. A pesquisa se baseará em autores como Saviani (2007), Kuenzer (2005) e Gentili (2005).

21 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

É sabido que a educação ocupa lugar de destaque no mundo do trabalho pela lógica política e econômica na qual a sociedade moderna é forjada. Assim, as ideias neoliberais constituem-se condutoras, em caráter progressivo, da construção e da implementação de políticas públicas. As décadas de 80 e 90 são marcadas por um desenvolvimento e crescimento econômico dentro do sistema capitalista, que ocorre de maneira acirrada, neste contexto em que os processos de produção e a educação são fundamentais, quando do ponto de vista ideológico é atribuído à escola uma função econômica chave (GENTILI, 2005).

Portanto, no contexto neoliberal, a partir do referencial adotado, observa-se que as políticas educacionais são direcionadas para a garantia do sistema capitalista e da lógica de mercado, visando atender os interesses de garantia de empregabilidade e, ao mesmo tempo, solucionar problemas sociais decorrentes de um sistema que produz grandes desigualdades. Há uma desqualificação do trabalho escolar, quando as práticas educativas são organizadas e conduzidas por reformas que colocam a educação como um mero objeto de respostas às demandas impostas pelo capital.

Deste modo, as políticas educacionais são determinantes para a estruturação de uma escola, cuja função é estrategicamente formatada para oferecer um saber deformado que seja funcional para o capital. Distribuir desigualmente o conhecimento dentro da escola se constitui uma reprodução do próprio sistema capitalista, intencionando a formação de valores que são úteis e pertinentes para o capital nas pessoas.

E, especificamente sobre a relação da educação com o desenvolvimento do capital humano, temos em Gentili (2005) que a teoria do capital humano tem sua gênese a partir do desenvolvimento capitalista, que foi marcado por um intenso crescimento do Estado de bem-estar e também pela confiança na conquista do pleno emprego. Diante do contexto competitivo do mercado e da estrutura excludente, conforme já abordado, mesmo havendo forte investimento em educação, o que ocasionaria um aumento nos quadros de empregabilidade, além de possibilitar o empreendedorismo, o risco do fracasso é real quando uma parcela da população permanece desempregada ou mesmo empregada, porém, em péssimas condições de trabalho.

Em suma, há de se reconhecer que o aumento dos anos de escolarização não trouxe consigo o aumento da renda daqueles que vivem em situação de pobreza. Isso se deve ao fato de que a teoria do capital humano ainda está presente, responsabilizando

os indivíduos pelos seus fracassos. Tornando a empregabilidade um investimento que o cidadão deverá fazer sobre si próprio.

Porém, para Gentili (2005) nem todos que passam pela escola tornam-se detentores de um espaço dentro do mercado de trabalho, daí decorre uma parcela significativa em condições socioeconômicas de discriminação racial, étnica, sexual e regional, quando negros, índios, mulheres e nordestinos constituem-se os mais pobres entre os brasileiros.

Também Kuenzer (2005) considera que a lógica das novas relações entre capital e trabalho não se constitui uma situação provisória, porém, é facilitadora de acumulação do capital, uma vez que a reestruturação produtiva é alimentada e, torna-se ainda mais potente conforme se produz uma espécie de trabalho precarizada, que enriquece o próprio capital. Quando realizado o recorte da educação, a partir desta lógica, observa-se uma exigência cada vez maior de que as pessoas tornem-se capazes para resolução de problemas de maneira eficiente e rápida, que se adeque às mudanças por meio do processo de educar-se. Para tanto, investe-se em cursos considerados aligeirados voltados para a formação profissional, buscando certificações meramente formais.

Assim também acontece com cursos superiores ofertados de modo rápido, ocasionando uma gama de certificações vazias. Portanto, tais modalidades promovem um contexto de rápidas formações dentro de um discurso de práticas inclusivas. Geram, conseqüentemente, sujeitos os quais são considerados incompetentes e acabam excluídos do mercado de trabalho. Neste sentido, a escola se atrela a esse processo de exclusão includente “fornecendo ao cliente - o capital a força de trabalho disciplinada técnica e socialmente na medida de suas necessidades” (KUENZER, 2005, p.15).

Portanto, para além de responder às demandas do mundo trabalho, por meio da formação da mão-de-obra, que se constitui o capital humano, a escola se apropria da concepção neoliberal, para incutir ideias e valores que são primordiais para a sujeição dos indivíduos ao sistema vigente. Deste modo, é possível verificar que a educação não intenciona de fato qualificar para o trabalho, pelo contrário vem para moldar a pessoa, formatando-a com as características que são benéficas ao enquadramento no sistema imposto.

3 | ESTUDO DE CASO

Considerando o exposto no tópico precedente, objetiva-se aqui conhecer e analisar, por meio de um estudo de caso elaborado a partir de entrevista semiestruturada realizada com uma participante, a percepção de formação apresentada pela mesma acerca do Ensino Médio, antigo Segundo Grau, das décadas de 70 e 80. Sobre o sujeito da pesquisa é importante destacar que se trata de uma mulher, com 47 anos, que concluiu o Ensino Médio Técnico com formação em Técnico em Contabilidade no ano de 1989, na cidade de Rolândia.

Questionou-se sobre a organização do curso, em termos de disciplina, organização curricular e perfil profissional que o referido curso objetivava formar, bem como as contribuições do mesmo para formação e atuação profissional, e se tal formação fora suficiente ou não.

Com relação à estrutura do curso, a entrevistada relatou que este compreendia três anos letivos, 2.686 horas totais, e que era formado por disciplinas anuais de “núcleo comum” e de carácter “profissionalizante”.

Assim, as disciplinas de núcleo comum compreendem Língua Portuguesa e Literatura, Língua Inglesa, História, O. S. P. B. (Organização Social e Política Brasileira), Matemática, Física, Química, Biologia, Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística, Programas de Saúde e Ensino Religioso. Enquanto as disciplinas de carácter profissionalizante, compreendem neste caso, Noções de Estatística, Economia de Mercado, Práticas de escritório, Geografia Econômica, Contabilidade Geral, Contabilidade Comercial, Contabilidade Industrial, Contabilidade Bancária, Análise de Balanço, entre outras.

Destacam-se com relação às disciplinas de núcleo comum, as disciplinas de Educação Moral e Cívica e O. S. P. B, disciplinas criadas pelo Decreto-Lei nº 869, em 1969, voltadas ao culto à pátria, seus símbolos, tradições e instituições. As matérias estavam presentes em todas as grades curriculares brasileiras de educação básica, e era uma forma de exaltar o nacionalismo presente na época do regime militar (1964 - 1985) (MENEZES; SANTOS, 2001).

Ambas [...] ficaram caracterizadas pela transmissão da ideologia do regime autoritário ao exaltar o nacionalismo e o civismo dos alunos e privilegiar o ensino de informações factuais em detrimento da reflexão e da análise. O contexto da época incluía a decretação do AI5, desde 1968, e o início dos “anos de chumbo” – a fase mais repressiva do regime militar cujo “slogan” mais conhecido era “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Dessa forma, as duas matérias foram condenadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, por terem sido impregnadas de um “carácter negativo de doutrinação” (MENEZES; SANTOS, 2001, s/p.).

Neste sentido, questionou-se sobre as contribuições desta formação e a entrevistada relatou que fora bastante relevante para aprendizagem de novos conhecimentos, principalmente no que concerne à formação profissional, e que na escola em que estudava havia apenas três opções de curso: Magistério, E. G. (Educação Geral), e Técnico em Contabilidade, e que diante das suas opções escolheu o curso de Técnico em Contabilidade, para ter certificação para uma profissão, ainda que não fosse exercer.

Observado o tom do discurso indagou-se sobre a suficiência ou não do referido curso em termos profissionais e pessoais e a entrevistada trouxe a seguinte consideração: “Foi, pois se eu quisesse exercer teria condições de seguir carreira, como alguns colegas fizeram. Penso que foi melhor do que o Ensino Médio atual, que não forma nada, por vezes

as pessoas saem e mal sabem ler e contar”. Acerca da opinião da entrevistada, destaca-se a coerência da afirmativa, na medida em que:

[...] a taxa de analfabetismo, no Brasil, que montava a 40% em 1970, reduziu-se rapidamente a partir de 1980, chegando a 22% em 1990 e a 11,6% em 2003. O declínio dessa taxa foi muito modesto entre 1994 e 2003, quando se reduziu apenas 2%. Outro dado digno de nota, apontado pelo IBGE, é a taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade, igual a 24,8%, em 2003 (IBGE, 2003). Artigo divulgado pelo jornal O Globo on line (edição de 09/09/2005) destacou que 75% da população entre 15 e 64 anos lêem mal, compreendendo parcialmente o texto; apenas 26% são capazes de dominar plenamente a leitura e 68% dessa população são constituídos por analfabetos funcionais. A situação da população economicamente ativa que se encontra na faixa dos 25 anos ou mais de idade não é menos precária (FRIGOTTO; SOUZA, 2005, p. 356-357).

Verifica-se a satisfação da entrevistada com sua formação, na medida em que compreendeu diversas disciplinas que permitiram a compreensão, ainda que mínima, do todo, do mesmo modo que possibilitou a formação profissional. Verifica-se também o avanço quantitativo no cenário educacional brasileiro, contudo, é evidente que em termos qualitativos os avanços não foram significativos nem mesmo satisfatórios, assim, mudanças são reconhecidamente necessárias, mas as mudanças propostas pela BNCC para o Ensino Médio podem contribuir significativamente para esse avanço?

Para Saviani (2005), no Ensino Médio a relação entre educação e trabalho, assim como, entre conhecimento e atividade prática necessitam ser tratados explicitamente e de forma direta. Uma vez que o saber tem uma autonomia relativa em relação ao processo de trabalho do qual se origina, caberia à escola, de maneira primordial, durante o Ensino Médio promover a recuperação da relação entre conhecimento e prática do trabalho. Diferente do Ensino Fundamental, no Ensino Médio não basta apenas dominar aqueles elementos considerados básicos e gerais do conhecimento, cuja intenção é contribuir para o processo de trabalho na sociedade. Mas, há de se explicitar como o conhecimento, que se constitui o objeto específico da escolarização, ou melhor, como a ciência, potência espiritual vem a se tornar potência material dentro do processo produtivo. Para que isso seja possível, faz-se necessário um domínio, para além do teórico, pois, se requer o domínio prático de como esse saber se comunica com o processo de produção.

O Ensino Médio englobaria, desse modo, o recurso às oficinas pelas quais os alunos poderiam manipular os processos práticos básicos da produção. Porém, não se trata de uma mera reprodução na escola da especialização que acontece através do processo produtivo. Ademais, deve-se pautar o ensino médio na direção de uma organização curricular que propicie ao alunado o domínio dos fundamentos das diversas técnicas a serem utilizadas na produção. Não se trata de um simples adestramento técnico, mas, de uma formação técnica especializada a qual o autor chama de ‘politécnicos’.

Portanto, a politécnica diz respeito a uma nova forma de integração de diversos

conhecimentos, por meio do estabelecimento de relações preciosas e diversificadas que desfazem os obstáculos ilusórios que modificam as disciplinas em divisões específicas, o que expressa a fragmentação da ciência.

Saviani (2005) reconhece que tal perspectiva de formação no Ensino Médio é contrária à proposta de ensino médio profissionalizante, quando a profissionalização é compreendida pelo seu caráter adestrador para determinada habilidade, sem requerer o conhecimento dos fundamentos dessa mesma habilidade. Muito menos propõe a articulação entre tal habilidade e o conjunto do processo de produção. A primeira proposta de Ensino Médio citada, se constitui uma concepção de progressiva generalização, que segundo o autor busca uma formação necessária para todos, que independe da questão ocupacional que a cada um será designado exercer (por escolha ou não) dentro da sociedade. Deste modo, a base desta relação considerada explícita entre trabalho e educação, é desenvolvida em direção a uma escola média de formação geral.

A atual reforma do Ensino Médio proposta pela Lei 13.415/2017 propõe claramente a intencionalidade de aproximar a formação com as demandas do mercado de trabalho. Nesse sentido as mudanças curriculares trazem em seu bojo concepções novas entorno do tipo de homem que se quer formar e também da ressignificação de cada etapa educativa, considerando as concepções presentes na proposta, a visão de sociedade e a noção de educação.

No caso do ensino médio, várias são as modificações. Como podemos ver, o texto da Lei 13415/2017 modifica a proposta de formação do ensino médio, alterando a LDBEN 9394/96. Dentre as mudanças, destacamos o artigo 35 com a inserção da Base Nacional Comum Curricular, organizando o currículo por áreas de conhecimento “I Linguagens e suas tecnologias; II Matemática e suas tecnologias; III Ciências da Natureza e suas tecnologias; IV Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” (GARCIA; CZERNISZ, 2017, p. 573).

Importante destacar que à frente da elaboração da Base Nacional Comum do Currículo do Ensino Médio (BNCC), estão profissionais especializados porém desconhecidos. Além disso, a discussão da BNCC trouxe à tona um histórico de projetos em disputa: os interesses privatistas e os interesses públicos em relação à educação. Deste modo, há de se considerar a BNCC como um instrumento de controle do trabalho na escola e, não obstante, do conhecimento que se pretende ofertar à população.

Entre os maiores interessados nessa disputa entre público e privado, as indústrias se destacam como grandes beneficiárias do currículo único, assim como a indústria de avaliações que também defende essa política. Ainda sobre a formação é importante destacar que ao centralizar o currículo como único e submeter às avaliações externas, suprime-se o protagonismo docente, bem como sua autonomia para realizar o trabalho pedagógico tornando-o simples reproduzidor do processo educativo (GARCIA; CZERNISZ, 2017).

Sobre as justificativas para a proposição da alteração curricular, ressalta-se que

em primeiro lugar, a proposta de alteração curricular do ensino médio surge da crítica ao modelo vigente, no que se refere à quantidade de disciplinas do atual currículo e, também, de uma defesa sobre a necessidade de que os jovens consigam definir a carreira profissional com maior liberdade; pressupondo que o atual currículo constitui-se engessado, o que impossibilita a entrada do educando no mercado de trabalho. Tal justificativa é apresentada, principalmente, pelo governo e expressa também anseios da sociedade brasileira.

Defende-se também, que para o desenvolvimento adequado da formação no Ensino Médio, o mesmo deverá ser direcionado para o tempo integral, passando de uma carga horária de 2400h para 4200h. A partir da narrativa do número excessivo de 13 disciplinas, há uma proposição de que o currículo seja flexibilizado de forma que sua organização ocorra por áreas do conhecimento e, deste modo, o aluno poderia optar por seu caminho formativo. Justifica-se para tal que a alteração tornaria o ensino médio mais atraente para os alunos.

Na mesma direção, a alteração deveria propor um redirecionamento para os cursos de formação de professores, realizando-a por áreas do conhecimento, ocasionando uma mudança nos cursos de licenciatura. Também a educação profissional dentro da nova proposta, ao abrir a possibilidade de parceria com o setor produtivo, atenderia os maiores interessados na formação técnica, garantido ao setor privado a possibilidade de, por meio da escola pública, formar a sua mão de obra necessária. A centralização do currículo em português e matemática também é justificada no sentido de atender o compromisso do governo brasileiro com os organismos internacionais e, assim garantir o sucesso nas avaliações, a partir de conhecimentos básicos flexíveis, voltados para atender as demandas do setor produtivo.

Observa-se ainda que as cadeias produtivas necessitam “de trabalhadores com qualificações desiguais e diferenciadas”, nessa direção a escola ocupa um lugar essencial, quando serve de instrumento para distribuição desigual do conhecimento. A partir da combinação entre trabalhos desiguais e qualificações de trabalhadores, conseqüentemente, desiguais, se atende rapidamente ao propósito de ensino, quando são adotadas estratégias de aprendizagem flexíveis, garantindo ao empregador que escolha “um perfil de trabalhador com aportes de educação geral e capacidade para aprender novos processos, e não a partir da qualificação” (KUENZER, 2017, p. 340 apud GARCIA; CZERNISZ, 2017, p. 580-581).

Considerando a função destinada ao Ensino Médio, de atender os interesses do empresariado, tanto para formação do trabalhador como para implementar processos de trabalho, há uma conseqüente defesa de minimização da formação, conduzindo a manutenção e perpetuação de uma mão de obra sujeita aos interesses privados contrapondo-se, diretamente, a perspectiva de uma formação integral. Propõe-se uma conseqüente retomada da característica tecnicista do Ensino Médio, sendo que a narrativa de melhores oportunidades para os alunos e melhor funcionamento para as escolas, de modo algum rompe com a visão burguesa de escola, tampouco de que só é necessário um

conhecimento específico e limitado para os filhos da classe trabalhadora.

Isso coloca a reforma do Ensino Médio como uma contrarreforma, quando considerados seus objetivos de manutenção da escola, do conhecimento e da sociedade, submetidos às forças reprodutivistas das classes detentoras do poder, inviabilizando uma educação integral voltada para formação humana e emancipatória (GARCIA; CZERNISZ, 2017).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que a entrevistada considera-se satisfeita com a formação obtida em seu Ensino Médio, mas é necessário antes de mais nada considerarmos a grade de disciplinas cursadas, pois se comparadas às propostas pela Lei 13.415/2017 e pela BNCC veremos o quanto as propostas atuais são reduzidas e limitantes, contrárias ao ideal de educação integral.

Assim, a formação proposta apresenta, em nossa visão, mais retrocessos do que conquistas, percebe-se no lugar de ganhos e avanços perdas principalmente de cunho social, ignora-se fatores cruciais como a evasão de alunos, a falta de planejamento profissional, a alteração no currículo e nos conteúdos, e se propõe uma formação como objetivo central na preparação para o mercado de trabalho, fragmentando a formação do aluno.

Ressalta-se também que o aluno da escola pública com interesse em formação acadêmica posterior, terá ainda maior dificuldade, pois sua formação será de caráter profissionalizante em detrimento de uma infinidade de conteúdos.

Muitos são os questionamentos acerca da formação proposta pela Lei 13.415/2017, compreende-se que a formação será mínima, a fragmentação no currículo proporciona a falta de conhecimento e de uma formação crítica, bem como a diminuição de profissionais com licenciatura por meio do notório saber, ou seja, um ensino sistematizado, realizado por itinerários que prioriza a formação profissional do sujeito, é a formação humana vinculada ao interesse econômico da classe dominante.

É necessário ressaltar que as mudanças ocorridas sempre estão relacionadas a interesses para além da emancipação do jovem. Em maior ou menor grau o Ensino Médio esteve direcionado a interesses mercadológicos, justificado por termos como autonomia, liberdade de escolha, e emancipação produtiva.

No entanto, o que pode-se perceber com as novas propostas de formação em nível médio é um ensino com vistas a atender ao novo tipo de mercado, desse modo com tendência de formação superficial e aligeirada, dando ao estudante “flexibilidade” na escolha do caminho a seguir, desconsiderando que o mesmo ainda não possui formação intelectual ou científica para tal decisão.

Ainda dentre as alterações destaca-se a limitação de conteúdos, enfatizado aqui

como ponto negativo uma vez que para a maioria dos estudantes do ensino público a escola é a única ponte aos conteúdos denominados científicos e históricos que permitem reflexão. Nesse sentido é nítido o retrocesso à todo o percurso que a duras penas vinha tendo a educação, considerando o que veio sendo posto pelos textos das Constituições e Leis destinadas a educação que trazem em seus artigos compromisso com a educação qualitativa, formação integral do indivíduo, sempre com vistas ao desenvolvimento e crescimento do sujeito.

E, no que concerne às possibilidades da formação do estudante com a BNCC, a referida lei também possibilita a entrada de outros atores no processo de formação no Ensino Médio, além disso oportuniza itinerários formativos e permite outras formas educativas no cumprimento da formação. Numa direção contraditória à ênfase na formação integral, quando reforça a obrigatoriedade do ensino de língua portuguesa e de matemática, o que pressupõe a necessidade de profissionais licenciados, observa-se uma flexibilização tanto do conhecimento quanto da contratação de professores, quando não se exige formação específica para a docência. É notório que uma educação direcionada para as necessidades competitivas do mercado local coloca o alunado brasileiro em situação de desvantagem diante de alunos de outros países, que terão em sua escolarização, como principal objeto de ensino, o conhecimento construído e adquirido historicamente.

REFERÊNCIAS

- BAQUERO, M. G. OLIVEIRA, L. A. **Ensino Regular 2º grau: Habilitações profissionais**. 1987. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001768.pdf>. Acesso em: 28 de nov. 2018.
- BRASIL. **Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.htm>. Acesso em: 03 dez. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF. Disponível em: http://http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_ambaixa_site.pdf Acesso em: 05 dez. 2018.
- GARCIA, Sandra Regina Oliveira. CZERNISZ, Eliane Cleide Silva. A minimização da formação dos jovens brasileiros: alterações do ensino médio a partir da lei 13415/2017. In: **Educação**, Santa Maria, v. 42, n. 3, p. 569-584, set. /Dez. 2017.
- GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICI, José Luis (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. p. 45-59.
- KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICI, José Luis (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. p. 77-95

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete OSPB Organização Social e Política Brasileira). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrasil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/ospb-organizacao-social-e-politica-brasileira/>. Acesso em: 28 de nov. 2018.

RIGOTTO, Márcia Elisa. SOUZA, Nali de Jesus de. Evolução da educação no Brasil, 1970-2003. **Análise**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 351-375, ago./dez. 2005. Disponível em: revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/download/278/227 Acesso em: 06 de dez. 2018.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, Campinas, v. 12, n. 34, jan.- abr. 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambiente Virtual de Aprendizagem 86, 88, 90, 92, 95, 99, 108, 211

Animação 119, 120, 122, 123, 124, 125, 141, 143

Arquitetura Escolar 11, 13, 16, 17, 18, 23

Avaliação 12, 32, 46, 52, 53, 73, 74, 76, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 120, 134, 136, 137, 141, 143, 152, 153, 158, 166, 168, 186, 190, 191, 205, 213, 218, 230

D

Desafios 11, 1, 2, 3, 4, 6, 11, 26, 33, 38, 40, 43, 45, 46, 78, 80, 81, 82, 83, 88, 90, 92, 130, 159, 161, 162, 167, 171, 173, 174, 178, 183, 185, 198, 207, 219, 225

E

Educação 2, 9, 11, 12, 14, 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 50, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 112, 113, 115, 118, 121, 127, 128, 129, 130, 133, 134, 135, 138, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 168, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 196, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 217, 219, 221, 227, 228, 229, 230

Educação a distância 9, 12, 79, 82, 83, 84, 87, 90, 94, 95, 214, 229

Ensino-aprendizagem 9, 3, 31, 35, 43, 46, 47, 55, 94, 95, 118, 126, 186, 205, 210, 211, 214, 223

Ensino fundamental 34, 75, 102, 136, 164, 186, 191, 225

Ensino Híbrido 12, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 113

Ensino médico 38, 39, 43, 44

Ensino Médio 11, 1, 4, 5, 8, 15, 18, 20, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 75, 107, 119, 120, 124, 150, 158, 159, 163, 168, 190, 192, 193, 194, 199, 200, 202, 205, 210, 219

Ensino Remoto 9, 11, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 56, 80, 82, 194

Ensino Remoto Emergencial 11, 46, 47

Equipe multidisciplinar 1, 6

Espaço físico escolar 13, 18

Estado pandêmico 38

Estágio de Regência 46, 47

G

Gibis 119, 120, 122, 124, 125

I

IFRN 84, 85, 86, 87, 88, 187

Influências 13, 14, 15, 17, 29

Interdisciplinaridade 119, 127, 147, 158, 230

J

Jogos Digitais 147, 148, 149, 151, 152, 153, 157, 159, 164, 165, 177, 182, 190, 206

L

Letramento 13, 73, 75, 78, 128, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 210, 215, 219

M

Matemática 13, 5, 34, 62, 64, 65, 67, 86, 102, 106, 107, 117, 119, 120, 124, 125, 126, 127, 128, 136, 138, 141, 143, 145, 188

Metodologias ativas 9, 12, 13, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 130, 188

Mooc 129, 131, 133, 134, 135

Mulheres 43, 61, 129, 130, 135

N

Narrativas 9, 12, 1, 3, 34, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 151, 174

P

Pandemia 9, 11, 12, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 11, 12, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 52, 54, 55, 56, 79, 80, 81, 82, 83, 110, 194

Pandemia de coronavírus 2020-2021 1

Pensamento Computacional 13, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Poesia Concreta 147, 148, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 157, 158

Projeto 12, 18, 21, 23, 30, 31, 39, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 88, 89, 91, 108, 119, 120, 124, 125, 127, 136, 138, 142, 143, 144, 145, 210, 212, 215, 216, 217, 218, 223, 226

Projeto Conectados 2.0 12, 69, 76

Proporção 97, 136, 194

R

Relação de poder 13, 20

S

Sala de aula invertida 12, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114

Superações 1

T

Tecnologia 9, 13, 7, 8, 21, 38, 41, 43, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 95, 96, 100, 102, 104, 105, 119, 130, 133, 135, 136, 137, 141, 142, 143, 144, 145, 152, 157, 159, 160, 177, 180, 186, 189, 196, 204, 207, 208, 214, 215

Tecnologia Digital 8, 81, 82, 136, 137, 145


Tecnologias Educacionais 84, 85, 86, 87, 90, 92, 113

Trabalho 3, 4, 5, 6, 7, 10, 13, 16, 18, 20, 21, 23, 30, 33, 37, 38, 40, 43, 46, 47, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 77, 84, 91, 92, 94, 99, 101, 102, 106, 107, 110, 112, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 129, 130, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 176, 179, 181, 188, 191, 193, 195, 209, 213, 214, 218, 230

Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

Atena
Editora
Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

UM DESENHO NA PAREDE,
Pena e tinta no papel, A caneta e uma rede,
POEMA, VERSO E
CORDEL, A palavra então concede,
Em estudo, o bacharel,

3

A ESCRITA ESTÁ MODERNA,
Feita no computador, Antes era na caverna,
NO PAPEL, Hoje anda mais que as pernas,
NUM PRENSADOR, Outras redes,
viajador,




Pelo mundo virtual,
A palavra atravessa, Seja educacional,
Seja texto pra uma peça,
ELA É INTERNACIONAL,
SEMPRE ACABA E RECOMEÇA.



Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

Atena
Editora
Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

UM DESENHO NA PAREDE,
Pena e tinta no papel, A caneta e uma rede,
POEMA, VERSO E
CORDEL, A palavra então concede,
Em estudo, o bacharel,

3

A ESCRITA ESTÁ MODERNA,
Feita no computador, Antes era na caverna,
NO PAPEL, Hoje anda mais que as pernas,
NUM PRENSADOR, Outras redes,
viajador,

Pelo mundo virtual,
A palavra atravessa, Seja educacional,
Seja texto pra uma peça,
ELA É INTERNACIONAL,
SEMPRE ACABA E RECOMEÇA.

